

RESERVAS PARTICULARES DO **PATRIMÔNIO NATURAL** EXERCEM **CONTRIBUIÇÃO** CRESCENTE À CONSERVAÇÃO DA **BIODIVERSIDADE**

Criadas de forma voluntária por pessoas físicas ou jurídicas, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) contemplam uma categoria de unidade de conservação do grupo de uso sustentável – sendo que alguns estados já se enquadram como sendo de proteção integral –, cujo principal objetivo é a conservação da biodiversidade.

De acordo com o Relatório de Biodiversidade da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) mais recente, Suzano, Bracell, Klabin, Sylvamo e Veracel estão entre as empresas associadas responsáveis pela manutenção de RPPNs, distribuídas em diferentes regiões do País, somando uma área total de 50 mil hectares, que fazem parte dos 6,91 milhões de hectares de vegetação natural que o setor conserva, junto com Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

Outros indicadores que contribuem para a conservação da biodiversidade são os 30,9 mil hectares que o setor atuou para a recuperação com vegetação natural, em 2020, R\$ 686 milhões investidos em programas socioambientais, incluindo monitoramento, pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo, e 6,80 milhões de hectares certificados, o que inclui áreas para fins de conservação das empresas e áreas de efetivo plantio comercial, por selos internacionalmente reconhecidos, como o FSC e o Cerflor/PEFC.

Na avaliação de Jorge Velloso, superintendente da Fundação Biodiversitas, há espaço para um intercâmbio ainda mais produtivo. “O Brasil é o único País do mundo que tem uma política pública que permite à iniciativa privada criar uma unidade de conservação que se encaixe dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). A aproximação dos diferentes atores que atuam com esse propósito tem muito a agregar à conservação da biodiversidade.”

Na entrevista a seguir, Velloso detalha como a interação entre o setor de árvores cultivadas e o movimento RPPNista pode alavancar as frentes de trabalho em andamento e antecipa informações sobre o VII Congresso Brasileiro de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que será realizado nos dias 22 e 23 de julho, em Minas Gerais, e debaterá o papel das RPPNs no contexto da crise climática e da perda de biodiversidade.

POR CAROLINE MARTIN
Especial para *O Papel*

Velloso: “O Brasil é o único País do mundo que tem uma política pública que permite à iniciativa privada criar uma unidade de conservação que se encaixe dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)”

O Papel – Em que contexto surgiu a iniciativa das RPPNs e como o movimento evoluiu nos últimos anos?

Jorge Velloso, superintendente da Fundação Biodiversitas – O movimento de conservação privada no Brasil remonta ao ano de 1965, na primeira iniciativa de Código Florestal brasileiro, que foi um marco na legislação ambiental brasileira, introduzindo conceitos como Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP), que estabeleceram a obrigação de preservar parte das propriedades privadas com vegetação nativa. Essa iniciativa lançou as bases para o reconhecimento da importância da conservação dentro de áreas particulares. Anos depois, em 1990, essa ideia evoluiu com a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), estabelecidas pelo Decreto n.º 98.914. As RPPNs permitiram que proprietários de terras assumissem voluntariamente o compromisso de conservação, consolidando a participação da sociedade na preservação dos ecossistemas brasileiros. Desde então, as RPPNs têm se expandido como um dos principais instrumentos de proteção ambiental em propriedades privadas. Trata-se de um movimento pujante no Brasil, que hoje soma cerca de 1,9 mil RPPNs, que protegem mais de 837 mil hectares. Entre os aspectos positivos das RPPNs, é que elas acontecem de forma voluntária, ao contrário das unidades de conservação públicas. A iniciativa do próprio proprietário de criar uma RPPN e manter uma floresta em pé, demonstrando uma preocupação com as gerações futuras, resulta em uma grande contribuição ao SNUC, uma vez que protegem a biodiversidade e oferecem, paralelamente, uma segurança fundiária.

AS RPPNS TÊM SE EXPANDIDO COMO UM DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL EM PROPRIEDADES PRIVADAS

O Papel – O contexto atual, caracterizado pela emergência climática, reflete uma relevância ainda maior das RPPNs? Como você avalia a contribuição atual do movimento?

Velloso – Ao longo das últimas duas décadas, foi possível prever que o mundo estaria vivendo a atual crise de biodiversidade, fazendo com que as RPPNs de fato ganhassem uma relevância ainda maior, a ponto de começarem a ser visualizadas como ativo financeiro. Este momento está chegando gradativamente, a partir de diversas iniciativas que remuneram por biodiversidade, por exemplo, e que, de forma mais ampla, aumentam e, principalmente, garantem a sustentabilidade financeira de longo prazo. Até então, as RPPNs se enquadravam nos aspectos ESG, como um braço de responsabilidade socioambiental das empresas. Hoje, contudo, muitas organizações vêm buscando certificadoras internacionais e se estruturando de uma forma profissional. A partir do momento em que é possível calcular a quantidade de carbono retido na floresta – e que existe um

valor de mercado para esse carbono –, esse ativo financeiro pode ser inserido no balanço das empresas. A expectativa é que, a partir deste ano, a gente já consiga mensurar as RPPNs como ativo financeiro, seja pela promoção da biodiversidade ou por créditos de carbono.

O Papel – O setor de árvores cultivadas atua fortemente pautado por práticas sustentáveis, incluindo certificações nacionais e internacionais. Como você avalia a interação do setor com o movimento das RPPNs?

Velloso – A pujança e o potencial do setor florestal são notórios. Vejo um espaço imenso para que o setor posicione-se como guardião das florestas brasileiras. Neste contexto, o movimento RPPNista pode atuar como um grande holofote. Se as duas frentes se unirem, podem avançar de forma expressiva em relação à percepção externa sobre as práticas e o papel do setor florestal como um todo, não apenas ao trabalho individual de cada empresa. Considerando que toda atividade econômica apresenta um impacto ambiental, o melhor caminho estratégico é demonstrar para o mercado e para a sociedade que se atua também com uma ampla e crescente responsabilidade socioambiental. O movimento RPPNista está permeado em todas as organizações internacionais que atuam no Brasil. Já são diversos os atores internacionais que apoiam o nosso trabalho.

O Papel – De que forma um diálogo ainda mais fortalecido pode contribuir com o enfrentamento da crise climática e demais necessidades em prol da bioeconomia?

Velloso – Acreditamos que um trabalho conjunto com o setor de árvores cultivadas, apresentando os números atuais, já bastante sólidos, e mostrando um planejamento estratégico para

os próximos avanços em conservação, pode elevar ainda mais a nossa visibilidade, resultando em benefícios mútuos. A Fundação Biodiversitas tem muito interesse em fortalecer essa parceria, não só promovendo a devida visibilidade das práticas ambientalmente apropriadas como oferecendo a nossa expertise de mais de 35 anos na criação de RPPNs. Mostrar a quantidade e a variedade de espécies da fauna e da flora nacionais que estão sendo protegidas nos 9 milhões de hectares de árvores plantadas que o setor de base florestal detém hoje é ainda uma forma de desmistificar antigos discursos relacionados ao setor.

O Papel – Você visualiza um amadurecimento da conscientização da sociedade e dos diferentes atores que compõem a economia nacional sobre o papel da biodiversidade no atendimento às demandas que a crise climática vem impondo?

Velloso – Vivemos um momento de emergência climática, caracterizado também pela extinção em massa da biodiversidade. O movimento científico do mundo inteiro tem alertado para isso, ao passo que o setor econômico tem sido cada vez mais cobrado pela sociedade. Inseridas neste contexto, as médias e grandes empresas apresentam um nível de responsabilidade e compromisso nas

**MOstrar A
QUANTIDADE E A
VARIEDADE DE ESPÉCIES
DA FAUNA E DA FLORA
NACIONAIS QUE ESTÃO
SENDO PROTEGIDAS
NOS 9 MILHÕES
DE HECTARES DE
ÁRVORES PLANTADAS
QUE O SETOR
FLORESTAL DETÉM
HOJE É UMA FORMA
DE DESMISTIFICAR
ANTIGOS DISCURSOS**

esferas ESG muito elevado, apesar do momento geopolítico atual. Países como o Brasil, que são uma potência ambiental, tendem a ganhar protagonismo no movimento de conservação global. Os setores que estiverem organizados e conseguirem demonstrar que estão contribuindo

do com esses compromissos vão ter sua competitividade bastante fortalecida.

O Papel – Quais são as expectativas para a realização do VII Congresso Brasileiro de Reservas Particulares do Patrimônio Natural?

Velloso – O Congresso será realizado nos dias 22 e 23 de julho, no Minas Tênis Clube I e, o tema desta edição será **As RPPNs no contexto da crise climática e da perda de biodiversidade**. Dividida por painéis, a programação irá reunir especialistas, gestores e ativistas para impulsionar o debate sobre as RPPN e sua importância para a conservação ambiental e a biodiversidade, especialmente no contexto da COP30. Será um momento oportuno para reunirmos startups que trabalham com tecnologia de ponta voltada à remuneração das florestas em pé e da biodiversidade, além de representantes do setor privado. O evento também contará com um braço dedicado às políticas públicas, com a presença de oito estados. Teremos a participação de representantes de organizações não governamentais, agências governamentais e Ministério Público, fomentando um diálogo aberto e construtivo sobre os desafios e as oportunidades que as RPPNs oferecem. A nossa expectativa é reunir atores que possam se juntar ao movimento RPPNista, mostrando a força que o movimento tem e o potencial para avanços conjuntos. ■

VII Congresso Brasileiro de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Data: 22 e 23 de julho de 2025

Local: Minas Tênis Clube – Belo Horizonte (MG)

Mais informações:

<https://congressorppn.com.br/>

